



**CAMPO LARGO**  
PREFEITURA MUNICIPAL

**LEI N.º 3902, DE 25 DE SETEMBRO DE 2025.**

Dispõe sobre a reestimativa de receita do transporte público municipal, Fonte 70 – Sistema de Bilhetagem Eletrônica, e dá outras providências.

A **CÂMARA MUNICIPAL DE CAMPO LARGO**, Estado do Paraná, **APROVOU** e eu, **PREFEITO MUNICIPAL**, sanciono a seguinte lei:

**Art. 1º** Fica reestimada, para o exercício de 2025, a receita proveniente da venda de passagens do transporte público coletivo municipal, Fonte 70 – Sistema de Bilhetagem Eletrônica, no valor adicional de R\$ 3.634.870,22 (três milhões, seiscentos e trinta e quatro mil, oitocentos e setenta reais e vinte e dois centavos), em razão da atualização da projeção de arrecadação com base na análise da demanda e dos dados operacionais do sistema de bilhetagem.

Parágrafo Único. A reestimativa tem como fundamento o cálculo e projeção da arrecadação, proveniente da venda de passagens do transporte público coletivo municipal.

**Art. 2º** A receita de que trata o art. 1º será incorporada ao orçamento vigente – Lei Municipal n.º 3.821, de 11 de dezembro de 2025 (Lei Orçamentária Anual - LOA) de 2025 – na seguinte categoria econômica, e nos seguintes termos:

I - Receita:

- a) Categoria Econômica: Receita Corrente
- b) Origem: Receita de Serviços
- c) Subcategoria: Venda de Passagens do Transporte Público Municipal
- d) Fonte: 70 – Sistema de Bilhetagem Eletrônica



## **CAMPO LARGO**

PREFEITURA MUNICIPAL

e) Valor acrescido: R\$ 3.634.870,22 (três milhões, seiscentos e trinta e quatro mil, oitocentos e setenta reais e vinte e dois centavos).

### **II - Despesa:**

a) As despesas correspondentes à aplicação dos recursos adicionais da venda de passagens do transporte público coletivo municipal, serão executadas conforme as diretrizes legais e os percentuais de vinculação obrigatórios.

**Art. 3º** Fica o Poder Executivo autorizado a proceder aos ajustes necessários na programação orçamentária, bem como nos instrumentos de planejamento municipal, para adequação da receita e da despesa, respeitando os limites e regras da legislação orçamentária vigente.

**Art. 4º** Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Edifício da Prefeitura Municipal de Campo Largo, em 25 de setembro de 2025.

**Maurício Rivabem**  
Prefeito Municipal

# DIÁRIO OFICIAL ELETRÔNICO

## MUNICÍPIO DE CAMPO LARGO – PARANÁ

Lei nº 2698/2015.

QUINTA-FEIRA, 25 DE SETEMBRO DE 2025.

ANO: XVI

EDIÇÃO Nº: 3025 - 34 Pág(s)

### LEI N.º 3902, DE 25 DE SETEMBRO de 2025.

Dispõe sobre a reestimativa de receita do transporte público municipal, Fonte 70 – Sistema de Bilhetagem Eletrônica, e dá outras providências.

A CÂMARA MUNICIPAL DE CAMPO LARGO, Estado do Paraná, APROVOU e eu, PREFEITO MUNICIPAL, sanciono a seguinte lei:

Art. 1º Fica reestimada, para o exercício de 2025, a receita proveniente da venda de passagens do transporte público coletivo municipal, Fonte 70 – Sistema de Bilhetagem Eletrônica, no valor adicional de R\$ 3.634.870,22 (três milhões, seiscentos e trinta e quatro mil, oitocentos e setenta reais e vinte e dois centavos), em razão da atualização da projeção de arrecadação com base na análise da demanda e dos dados operacionais do sistema de bilhetagem.

Parágrafo Único. A reestimativa tem como fundamento o cálculo e projeção da arrecadação, proveniente da venda de passagens do transporte público coletivo municipal.

Art. 2º A receita de que trata o art. 1º será incorporada ao orçamento vigente – Lei Municipal n.º 3.821, de 11 de dezembro de 2025 (Lei Orçamentária Anual - LOA) de 2025 – na seguinte categoria econômica, e nos seguintes termos:

I - Receita:

a) Categoria Econômica: Receita Corrente

b) Origem: Receita de Serviços

c) Subcategoria: Venda de Passagens do Transporte Público Municipal

d) Fonte: 70 – Sistema de Bilhetagem Eletrônica

e) Valor acrescido: R\$ 3.634.870,22 (três milhões, seiscentos e trinta e quatro mil, oitocentos e setenta reais e vinte e dois centavos).

II - Despesa:

a) As despesas correspondentes à aplicação dos recursos adicionais da venda de passagens do transporte público coletivo municipal, serão executadas conforme as diretrizes legais e os percentuais de vinculação obrigatórios.

Art. 3º Fica o Poder Executivo autorizado a proceder aos ajustes necessários na programação orçamentária, bem como nos instrumentos de planejamento municipal, para adequação da receita e da despesa, respeitando os limites e regras da legislação orçamentária vigente.

Art. 4º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Edifício da Prefeitura Municipal de Campo Largo, em 25 de setembro de 2025.

**Maurício Rivabem**

**Prefeito Municipal**